

**Discussion
Paper**

ESPM

v. 3, n. 4, 2015

Prof. Pedro de Santi

Prof. Fabio Mariano

Prof. Fred Lucio

Prof. Luiz Fernando Garcia

Prof. Rodrigo Tafner

Prof. Ismael Rocha



**O “POLITICAMENTE CORRETO”
EM SALA DE AULA**

EXPEDIENTE

Corpo Editorial

J. Roberto Whitaker Penteado

Presidente

Alexandre Gracioso

Vice-presidente acadêmico

Elisabeth Dau Corrêa

Vice-presidente administrativo-financeira

Emmanuel Publio Dias

Vice-presidente corporativo

José Francisco Queiroz

Vice-presidente de marketing e comunicação

Luiz Fernando Dabul Garcia

Diretor geral da graduação ESPM-SP

Ismael Rocha

Diretor acadêmico de graduação ESPM-SP

Conselho Editorial

Prof. Carlos Frederico Lucio

Profa. Cristina Helena Pinto de Mello

Profa. Denise Fabretti

Prof. Fabio Mariano Borges

Prof. Ismael Rocha

Prof. João Osvaldo Schiavon Matta

Prof. Luiz Fernando Dabul Garcia

Prof. Pedro Luiz Ribeiro de Santi

Prof. Leonardo Nelmi Trevisan

(Edição de texto)

Prof. Matheus Matsuda Marangoni

(Edição de arte)

Fernando Matijewitsch

(Gerência de edição)

APRESENTAÇÃO

Publicação trimestral, em formato eletrônico, o Discussion Paper ESPM reúne artigos, notícias de pesquisas, resenhas, traduções ou entrevistas oriundas de debate temático.

O objetivo é incentivar a discussão de assuntos, atinentes ou complementares, ao conteúdo curricular de disciplinas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O perfil deste periódico oferece espaço de publicação da produção docente, incluindo procedimentos de pesquisa, em diferentes formatos.

O Discussion Paper ESPM busca também ampliar repertório e capacidade de análise do corpo discente, pois, a iniciativa procura, especialmente, a participação do aluno nos debates geradores de cada número.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A submissão de trabalhos deverá ser feita através do endereço eletrônico do periódico, nos seguintes formatos: texto: Microsoft Word; tabelas: Excel; gráficos e figuras: Powerpoint. Quanto a forma, os originais deverão ser apresentados em arquivo de texto: Microsoft Word, página tamanho A4, margem esquerda e superior de 3cm, direita e inferior de 2cm, espaço 1,5, fonte Times New Roman, com limite de 06 páginas. O Discussion Paper ESPM adota como critério orientador para elaboração das referências bibliográficas dos papers a norma NBR-6023:2002 - Informação e documentação.

O Processo de Avaliação pelos Pares consiste nas seguintes etapas: o artigo original será analisado por dois integrantes do Conselho Editorial para verificar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área epistemológica de avaliação a ser direcionada. Em seguida, o artigo será enviado a pares de avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores (blind review), que não compareceram ao debate gerador do respectivo Discussion Paper. Os avaliadores externos procederão de acordo com os critérios: 1. Publicar sem alterações; 2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores; 3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente; 4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior. Os resultados desta avaliação serão encaminhados aos autores através do endereço eletrônico informado no ato da submissão, preservadas estritamente a confidencialidade e privacidade deste resultado.

SUMÁRIO

Apresentação do debate.....	4
Contos de fadas? Politicamente incorretos?..... <i>Pedro de Santi</i>	5
Não é o interlocutor quem desrespeita?..... <i>Fabio Mariano</i>	8
O politicamente correto pauta a sociedade da informação?..... <i>Fred Lucio</i>	12
Mas, e a capacidade do aluno (adulto) de ouvir?..... <i>Luiz Fernando Garcia</i>	15
Será que a campanha foi dirigida a quem reclamou?..... <i>Rodrigo Tafner</i>	17
O debate.....	19

APRESENTAÇÃO DO DEBATE



Professor passou a ser “atividade de risco”? Muita gente pensa que sim, porque basta uma palavra mal colocada, uma expressão mal entendida ou, principalmente, uma rede social mal usada, para que se forme uma “situação delicada” – a expressão já é “politicamente correta”. Mas, o que fazer, no mundo real, com as diferentes suscetibilidades existentes em uma sala de aula?

Um reconhecido bom ponto de partida neste tema aparece quando todos se perguntam: mas será que este tipo de “confusão” nasce do nada, mesmo...? Abrir um debate entre professores da ESPM sobre *O “politicamente correto” em sala de aula* foi uma boa resposta para essa pergunta. Com intenção bem definida: “quais são os limites, as dificuldades ou os caminhos?” como ponderou na abertura do encontro o professor **Ismael Rocha**, Diretor de Graduação SP, mediador do debate, para quem “não procuramos soluções, mas insights para colocar o tema em pauta, com frequência cada vez maior”.

Os expositores, os professores da ESPM **Pedro de Santi**, **Fabio Mariano** e **Fred Lucio** discutiram a visão que têm do “politicamente correto” na atividade docente com os debatedores **Luiz Fernando Garcia**, Diretor Geral da Graduação São Paulo e **Rodrigo Tafner**, Coordenador do curso de Sistemas de Informação em Comunicação e Gestão.

Segue a transcrição e edição do debate:

EXPOSITORES



PEDRO DE SANTI

“No meio de uma região arborizada e biologicamente preservada, havia um pequeno e humilde chalé, onde morava uma pequena e humilde família. O pai, que para sobreviver num mundo neoliberalista selvagem via-se obrigado pelas forças do sistema a desempenhar a função de açougueiro de árvores, fazia o melhor que podia para criar seus dois filhos impúberes chamados João e Maria”

Assim começa um capítulo do livro “Mais contos de fada politicamente corretos” (James Finn Garner. São Paulo:

Ediouro, 1995).

A expressão ‘politicamente correto’ deveria nomear algo extremamente precioso e desejável: ações corretas na direção da convivência coletiva na “polis”. O politicamente correto poderia ser, por exemplo, o oposto do extremo individualismo narcisista, imediatista e predador.

Mas, ao longo do tempo, ‘politicamente correto’ passou a denotar policiamento da expressão. Sua instituição pretendia evitar a violência contra grupos minoritários por parte dos dominantes. Seu intuito de base é legítimo: preservar os direitos de todos.

Mas, a título de resguardar direitos de entidades identitárias (indivíduos ou categorias de gênero, raça, idade, partido, regionalismo, nacionalidade, condições específicas de saúde, etc), chegou-se ao extremo do cerceamento de ideias. No limite, cada um se sente no direito de não ser ofendido e de monitorar menções a si ou aos seus ou àquilo sobre o que sustenta sua identidade. Pessoas ou grupos que se

sentem ofendidos ou oprimidos identificam-se com seus agressores e passam a operar um policiamento ostensivo e opressor, passando a fazer rigorosamente aquilo que reclamavam ter sofrido. Eternizam-se os mecanismos de inclusão e exclusão.

Vivemos um momento de fortes afirmações identitárias. E cada afirmação legítima cria território e fronteiras.

Bem, a nossa simples existência e expressão ocupa espaço e, assim, entra no espaço do outro; e vice-versa. Neste sentido, há uma violência intrínseca e não necessariamente intencional em cada gesto que modifica o ambiente; de modo que, no limite, a intenção de preservar a integridade de alguém só seria possível ao torná-lo blindado autisticamente contra o contato com o outro. Uma entidade alérgica ao outro só poderia ser respeitada em sua hiper-sensibilidade com a assepsia do isolamento. O ‘politicamente correto’ se resolveria no avesso do convívio político, paradoxalmente. Mônadas que evitam o conflito implicado em

EXPOSITORES

todo convívio.

A ideia de que nossa liberdade acaba onde começa a do outro presume que tenhamos existências autônomas, sem sobreposições, compromissos e implicações com os outros, mas não é assim. Nosso eu não se encerra em nossas fronteiras corporais, ele só existe na rede de nossas relações intersubjetivas. Não há limite claro entre eu e o outro.

Isto é muito expandido, é claro, por conta do apagamento das barreiras entre ambientes públicos e privados proporcionado pelas mídias sociais. Hoje, tudo pode ser registrado e postado em rede. Ainda que se possa imaginar que o será num oceano de informações e dificilmente chamará a atenção, o fato é que está registrado e, com isto, acessível e eternizado. Muita gente ainda não se deu conta do grau de responsabilidade que se precisa ter neste novo ambiente.

A privacidade foi um dos marcos da subjetividade moderna e nasceu num

mundo no qual a crença em Deus diminuía: não pode haver privacidade de fato se há um Deus onisciente. Com a queda da crença, nasceu um espaço de solidão e privacidade inéditos e a preocupação passou ser a de não ser flagrado pela “polícia”, pelo olhar social. Hoje, temos esta nova figura do “Deus está vendo”: nossa compulsiva exposição em mídias sociais.

“O INTUITO DO ‘POLITICAMENTE CORRETO’ SERIA UMA LINGUAGEM UNÍVOCA, SEM IRONIA”

Um post em nosso perfil pessoal incide sobre nossa vida familiar e profissional imediatamente. Os mecanismos de distinção e privacidade são toscos e facilmente burlados: o princípio da rede é tudo compartilhar. Adeus privacidade; o auto-policimento constante se impõe, pois responderemos por algo que, uma vez postado, fugirá de nosso

controle.

Juntamente à dimensão do convívio, está a do uso da linguagem. Estive há algum tempo numa banca de doutorado onde um dos membros reclamou a sério do uso do termo ‘denegrir’, no texto da tese. O termo, ele nos instruiu, remetia a ‘tornar negro’ num sentido negativo. Comentei então à mesa que, pelo raciocínio, o termo ‘judiar’, também presente no texto, deveria ser igualmente expurgado, por ser também pejorativo ao termo ‘judeu’. De minha parte, era uma brincadeira (nestes contextos, é sempre preciso avisar quando de trata de brincadeira), mas não caiu bem: o politicamente correto não tem um pingão de senso de humor.

Levado ao extremo, o intuito do nosso ‘politicamente correto’ seria uma linguagem unívoca, sem ironia, à prova de ofensa, incapaz de ferir qualquer um. Ou seja, algo como a “novilíngua” do livro “1984”, de George Orwell: periodicamente uma nova versão do dicionário é lançada, com cada vez menos verbetes,

EXPOSITORES

tendendo a que só haja uma palavra para cada coisa, sem efeitos polissêmicos, interpretações ou mal entendidos. Procedimento que só faz sentido num ambiente autoritário.

O humor, a ironia, o duplo-sentido; tudo isto tende ao politicamente incorreto, por sua irreverência característica e por seu movimento de descolamento daquilo que seja imediato. Trata-se da própria natureza da linguagem: criar sentidos, transcender o imediato. A assepsia da linguagem nos privaria de Shakespeare, Guimarães Rosa e, sobretudo, de toda a poesia e humor.

Então não deve haver limite? Para termos o direito de nos expressarmos precisaremos aguentar toda expressão que nos desagrade e ofenda o que nos seja mais caro? As fronteiras serão sempre móveis e serão negociadas caso a caso. Hoje, com a predominância do policiamento, parece ser o caso de fazer o papel de advogado do diabo e estar mais ao lado da liberdade de expressão.

É preciso ser responsável e responder pelo que se diz e escreve, e penso que é preciso não se render ao medo e a atitudes só defensivas. Nada de criativo ou significativo pode ser engendrado quando se quer agradar todo mundo e não se quer desagradar ninguém.

Com o uso atual do 'politicamente correto', conflitos não são resolvidos, apenas não são enfrentados.



EXPOSITORES



FABIO MARIANO

Meu comentário envolve as três esferas que percorrem a atual onda do politicamente correto.

A primeira esfera, que interessa tanto a nós como também aos nossos alunos, é o mercado publicitário. A segunda é a esfera das sensibilidades. A terceira é a esfera dos professores (nós) na sala de aula, como a gente que também lida com isso e com rápidos exemplos a respeito.

Nós não podemos perder de vista que vivemos a era da empatia. Se nós não estamos

definitivamente nessa era, nós estamos comentando bastante, chamando a atenção. Um fato: não é possível falar sobre o outro sem a presença do outro, sem a presença do sentimento do outro. Não é possível que eu fale sobre uma minoria sem a presença dessa minoria.

“NÃO É POSSÍVEL FALAR SOBRE O OUTRO SEM A PRESENÇA DO OUTRO, SEM A PRESENÇA DO SENTIMENTO DO OUTRO”

E essa presença significa o respeito à dor dessa minoria. É preciso compreender que alguns itens, algumas dores que jamais irão passar por mim, jamais eu conseguirei sentir, mas que eu posso compreender. E tenho que respeitar, tomar o cuidado de trazer essa dor à tona. Empatia fala muito dessa compreensão, que entra na vala comum do politicamente

correto, e, portanto, serve como escudo. Mas, também serve como espada.

Para as agências de publicidade, serve como um escudo para que elas se protejam dos “chatos”. Diante de mudanças, de transformações tão rápidas que algumas delas nem sempre estão acompanhando, as agências se utilizam do politicamente correto como escudo, porque o politicamente correto é sempre o “chato”. E, obviamente, se é politicamente correto, você está fazendo policiamento: “cara, como você é quadrado, como você é chato. Você é sem graça, não permite uma piada”.

A gente tem vários exemplos disso, inclusive exemplos muito equivocados da Criação, como desde a #somostodosmacacos, que tinha um erro conceitual bem fundamental. E também a ausência da dor do outro, do sentimento do outro, da história do outro. E a agência, a Loducca, se pronunciou claramente: “Não somos à favor dessa vigilância, desses chatos do politicamente correto”.

EXPOSITORES

Recentemente, inclusive depois da Semana Internacional da Mulher, teve a campanha do “Mimimi”, com a Preta Gil, que falava: “a menstruação, a tensão pré-menstrual, nada mais é do que uma frescura. É um baita de um mimimi”. A campanha foi ao ar, e daí as mulheres e várias entidades se manifestaram. A agência se manifestou como “deixa de ser chato, que coisa chata, politicamente correto. Não se consegue mais fazer propaganda”.

No mercado, portanto, existe essa névoa de que há o politicamente correto no ar e esse politicamente correto é esse mundo de chatos, dos quadrados, onde todo mundo ficou chato e agora não se pode fazer mais nenhuma piada, mais nenhuma brincadeira. Essa é, de fato, uma grande confusão entre o respeito, entre a inclusão, entre cessar, ou pelo menos diminuir, as brincadeiras jocosas, desrespeitosas, entre ter a consciência do poder do discurso da comunicação e a reprodução do desrespeito. Essa é uma esfera, a da empatia.

A outra esfera é a esfera da sensibilidade. É possível perceber bem essa esfera quando tratamos de classes populares. Falar “classes populares” dá sensação específica, forma um tipo de sensibilidade. Quando falo “gente, vou fazer um estudo sobre pobre”, virou outra coisa. Pobre? Seu imaginário já é outro, a sua sensibilidade é outra.

Na hora que descrevo situações com nomes “classe popular”, “baixa renda”, “a exclusão da alimentação”, a “questão da cor”, tudo isto é uma realidade. Na hora que utilizo as próprias palavras dele, ou seja, eu trago esse sentimento do outro, inevitavelmente eu vou esbarrar no politicamente incorreto. Se falar “pobre é pobre mesmo, é miserável mesmo, só tem farinha no prato hoje, o chefe é um safado explorador”, porque esta é a linguagem praticada no Parque São Rafael, em São Mateus...

Na hora em que estas expressões estão no discurso, o selvagem, o malvado, o cruel é quem as expressa.

Na verdade, o interlocutor é quem está desrespeitando tudo. Muitas vezes é difícil para a plateia enxergar aquilo que tem um potencial forte para sensibilizar certos públicos muito descolados, que já aprenderam a ter uma sensibilidade produzida.

“O INTERLOCUTOR É QUEM ESTÁ DESRESPEITANDO TUDO”

O uso da expressão “a baixa renda sofre uma posição de exclusão” provoca interlocução precisa: a resposta é “ah, é verdade! Eles estão excluídos”. Mas, na hora em que se relata isso no sangue, com a linguagem do próprio público excluído, tudo muda. É nesse uso mais direto que aparece o politicamente incorreto.

É possível perceber bem esta distorção da realidade com fotos, inclusive algumas já antigas, de 2002/2003, que continuam a fazer sucesso. Por exemplo, algumas casas

EXPOSITORES

de baixa renda utilizam embalagens de marcas para decorar a casa. Tem uma foto que já virou clássica: uma cozinha decorada com embalagens de tortas de maçã do McDonald's, todas muito bem dispostas.

Há um tempo atrás, quando essa foto era exibida seja na graduação, seja no pós - e entramos na terceira esfera: a relação professor-sala de aula-alunos - a reação era: “nossa, que curioso. Olha o poder de uma marca”. Hoje é: “que horror! Você foi lá para fotografar isso? Que desrespeito. Isso daí é bonito para eles. Como que você fotografou uma coisa dessas? Você está desrespeitando!”. É preciso explicar que existe o olhar do etnógrafo com uma série de itens. Não se fez juízo de valor: é feio, é horroroso, nada disso. A foto tem outra função.

A rigor, são duas sensibilidades. A primeira reação quando a foto é vista é: “nossa! Alguém coloca embalagem de McDonald's para decorar a cozinha? Meu Deus!”. A segundo é: “você foi lá e fotografou, que horror! Só

tinha isso para você ver? Essa foi a sua sensibilidade?”.

**“VOCÊ FOI LÁ
PARA FOTOGRAFAR
ISSO? QUE
DESRESPEITO.
ISSO DAÍ É BONITO
PARA ELES”**

Há sensibilizações ainda mais graves em sala de aula. Um episódio muito curioso cercou a campanha da Chilli Beans, coordenada, inclusive, por um ex-aluno da ESPM. Essa campanha é totalmente inspirada no universo S&M, no universo Bondage, em especial em uma série de feiras Bondage que acontecem tanto na Europa quanto nos EUA.

Bondage são práticas sadomasoquistas e de fetiches, e há feiras nos EUA muito parecidas com quermesses: um evento de rua, onde as pessoas vão com seus devidos fetiches, com suas devidas fantasias, fazem teatralizações. É uma feira

muito familiar, politicamente correta. Quando você chega, inclusive, logo na entrada da quermesse, você recebe um flyer com as instruções que dizem “olha, esse é um evento familiar, com crianças, tem senhores e senhoras, então, por favor, não faça práticas sexuais em público. Não fique completamente nu em público. As lojas estarão abertas com seus devidos locais para suas práticas sexuais, entre outros. Então, aqui, em público, na rua, apenas exibam suas fantasias, etc.”. Só para ilustrar como tudo é bem politicamente correto.

Antes da exibição da campanha, foi mostrado o processo de insight, que foi a pesquisa que estudou todas essas feiras, esse universo e gerou a campanha das linhas assinadas Chilli Beans. Com incentivos à entrada no Instagram, na #folsomfair para conhecer o trabalho todo. Em minutos, a reação foi intempestiva: “não acredito que eu vim para a faculdade para ver isso! Isso é um absurdo: o professor pedir para eu ver um negócio desses!”. Nessa hora, o julgamento do politicamente

EXPOSITORES

correto desapareceu.

É curioso como os itens que mexem com a sensibilidade esbarram na redoma da moral. Nesse processo, o politicamente correto vira vigilância.

Este debate, dessa transformação em “vigilância”, ainda está por ser feito sobre o politicamente correto.



Imagem da Campanha da Linha Erotika - Chilli Beans

EXPOSITORES



FRED LUCIO

Em torno do politicamente correto há uma questão essencial: o policiamento imposto fundamentalmente na linguagem. Mais até do que na postura, envolvendo a maneira, a forma da comunicação.

Em um olhar antropológico, é possível pensar um pouco mais sobre a questão do politicamente correto. Em especial, envolvendo o histórico do conceito, buscando entender em que contexto surge essa ideia do politicamente correto.

Primeiro, é uma expressão

tipicamente americana. Ela vai surgir e ganhar força nos EUA no decorrer de duas discussões importantes que ocorreram nos anos 60: a discussão sobre o que é a indústria cultural, quais são as ideologias presentes nos veículos de comunicação e, segundo, como isso impacta no cenário universitário. Em uma leitura marxista, sempre aparece a perspectiva do antagonismo de dominantes e dominados. Alguns detêm o poder da comunicação, outros estão sujeitos a esse poder da comunicação e acabam sendo impactados por isso.

Depois deste processo, a expressão passou a ter essa conotação de policiamento mesmo, de certo tom policialesco, de como é correto se comunicar. Aqui, entramos em vários campos da comunicação, inclusive na sala de aula.

É preciso não esquecer que essa discussão surge, nos EUA, junto com as lutas ativistas dos anos 60: movimento negro, movimento feminista, movimento gay e a questão dos imigrantes, com os EUA abrindo profunda

discussão sobre a construção de identidade enquanto nação.

Na Antropologia, a identidade é vista muito menos como território e mais como fronteira. Pode parecer paradoxal, mas não é, porque não importa o território, mesmo que seja simbólico, que você ocupa, mas a identidade é o cenário em que você marca a diferença em relação ao outro. E há várias maneiras de marcar essa diferença em relação ao outro.

O que chama a atenção no politicamente correto é que, no cenário da linguagem, isso adquire uma importância muito grande, sobretudo numa sociedade que se pauta como uma sociedade da informação e da comunicação: televisão, cinema, com o rádio já acontecia isso, e, mais recentemente, o campo da Internet e da propaganda.

Também há um fenômeno interessante que aconteceu nos EUA nos anos 80, no campo da Antropologia dos estudos culturais, que são as chamadas guerras culturais, sobretudo aquelas que foram capitaneadas pelas ideologias

EXPOSITORES

de esquerda e de direita.

Aqui, o politicamente correto passa muitas vezes a ser criticado como sendo uma criação da esquerda, porque seria ligado a movimentos civis, movimentos de direitos humanos, etc. Mas, ele também passa a ser apropriado por aqueles que são identificados ideologicamente como de direita, no sentido de até criar aquilo que o filósofo Pondé representa bem hoje aqui no Brasil: o politicamente incorreto. Este autor até lançou um livro sobre o guia do politicamente incorreto na filosofia.

O cenário de discussão sobre o que é o politicamente correto precisa ser colocado também na linguagem que utilizamos, que é: “Quais são os limites entre o respeito às diferenças e o policiamento?”. Porque, algumas vezes, é possível se colocar em uma categoria em que você, de certa maneira, pode ser afetado, sensibilizado, ter o seu afeto despertado, mesmo que negativamente, sentir-se agredido. Vou dar um exemplo acontecido comigo em sala de

aula a partir de uma imagem no Facebook: um desenho fazendo piada com relação ao orgulho hétero. Era o desenho com uma pessoa segurando uma bandeirinha escrito “orgulho hétero”. A expressão que usei em sala de aula foi exatamente essa... chega uma bichinha e fala para ele “por que essa bandeirinha? É muito difícil ser hétero? Manter essa posição é muito difícil?”

“ISSO ADQUIRE UMA IMPORTÂNCIA MUITO GRANDE, SOBRETUDO NUMA SOCIEDADE QUE SE PAUTA COMO UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”

Um menino veio me chamar no final da aula e disse: “professor, eu não gostei do que você falou, porque você se referiu à ‘bichinha’. Eu sou gay e não gosto disso”. Eu fiz uma pergunta para ele, que o desconcertou: “Você acha

que tem que ter autoridade do nativo (que é a linguagem que o antropólogo usa) para poder usar essa expressão? Então, que segurança você tem que eu não seja gay? Quer dizer que se eu disser agora para você que eu sou gay, isso me daria legitimidade, me autorizaria a falar sobre isso?”.

Esta é a percepção, algo desconcertante, sobre o terreno do politicamente correto na sala de aula. A dimensão policesca do “vou policiar, vou controlar aquilo que você está falando” precisa ser debatida.

Discutir quais são os limites, quais são as fronteiras entre o respeito e o fazer piada por fazer piada... até porque o fazer piada por fazer piada cria uma certa leniência, um certo terreno de aceitação para outras atrocidades que eventualmente possam acontecer que não apenas a violência simbólica. Quem se sente agredido se sente agredido naquilo que dizem como violência simbólica, que pode ter um peso muito forte dependendo do histórico de vida individual de cada um. Agora, nesse terreno,

EXPOSITORES

nesse campo de embate é que a discussão deveria se prorrogar.

O politicamente correto deveria ser uma expressão que nos caracteriza como seres coletivos e vamos pensar nossa correção. O grande problema é que isso cai no campo moral. Quando se fala do certo e do errado, necessariamente caímos no terreno da moral e aí quem tem autoridade para dizer o que é certo ou o que é errado, o que está sendo excessivo ou o que não está sendo excessivo? Esse é o grande dilema que a gente tem que enfrentar, inclusive na sala de aula.





LUIZ FERNANDO GARCIA

Fragilidade. Esta palavra precisa ser mencionada quando falamos sobre o politicamente correto. É perceptível uma questão essencial neste debate: ter, ou não, a capacidade de conviver com o desagradável, de ter anticorpos para o que não aceito? Ter, ou não, a possibilidade de transformar a agressão em ponto de resistência, para trabalhar a “incomodação” enquanto afirmação da posição sadia? E não pedir a exclusão daquilo que discordo, porque sou “frágil” para rebater o que não

aceito.

Este aspecto anda diluído na discussão do politicamente correto. Discutir fragilidades é aspecto essencial no cotidiano da sala de aula. A questão não está apenas em discutir o que o professor fala, mas também na capacidade do aluno (adulto) de ouvir, serenamente o que possivelmente não goste, não aceite ou apenas desconheça. Lidar só com o emissor no politicamente correto é lidar só com uma parte desse problema. O receptor também faz parte dele.

“A QUESTÃO NÃO ESTÁ APENAS EM DISCUTIR O QUE O PROFESSOR FALA, MAS TAMBÉM NA CAPACIDADE DO ALUNO (ADULTO) DE OUVIR”

Na edição da Folha de São Paulo de 22/09, artigo de João Pereira Coutinho tem

título provocativo: “Como destruir um filho”. O texto mostra a construção de uma sociedade super protetora, que leva a uma série de limites e produz inclusive, a figura do “pai-helicóptero”, aquele que sobrevoa o filho o tempo todo, fica sobre esse filho o tempo todo, defendendo, protegendo e não deixando que nada chegue perto.

A super proteção não respeita fronteira, até a das instituições de excelência. Professores de Harvard, por exemplo, foram incentivados pela direção da Faculdade de Direito a não usar mais a expressão “violar a lei”, porque estudantes sentiram-se desconfortáveis com o uso do verbo violar. A história está na “Atlantic Monthly”, edição de agosto.

Nos Estados Unidos já é fato aceito como normal: deve-se evitar a qualquer custo as chamadas “micro agressões” que são palavras, conceitos, meras alusões que podem colocar em risco o “bem estar emocional” dos alunos. O artigo de Coutinho foi exatamente ao essencial: universidades devem ser “zonas de conforto” onde

EXPOSITORES

nunca se deve ouvir o que não se gosta ou aceita?

O quadro fica tão grave que ao citar o “O Grande Gatsby”, como avisou a “Atlantic Monthly”, é preciso falar que haverá misoginia, que haverá outras questões, porque senão alunos podem desmaiar em sala de aula. A decana da Universidade de Stanford, Julie Lythcott-Haims, foi direto ao ponto que realmente importa: “antigamente, os pais preparavam os filhos para a vida; hoje, os progenitores preferem proteger os filhos da vida”.

Há um limite nesse extremo “proteger” de alguém que é visto como todo frágil, as “crianças universitárias” para retomar a expressão de Coutinho. E queira ou não, nós temos um reflexo bastante razoável desse grupo aqui, no contexto acadêmico brasileiro. Este “reflexo” é um pouco o pano de fundo da nossa discussão que não está no politicamente correto, mas está em uma “fragilidade” fruto de uma lógica de extrema proteção quanto a tudo que não é agradável do mundo.

Essa espécie de

“infância muito longa” tem prolongamentos. Na universidade, ela também produz, como também notou o texto da Folha, uma série jovens insones; deprimidos; ansiosos; incapazes de tomarem uma decisão por medo psicótico de fracassarem. Neste ponto voltamos para a questão específica do professor. Como começar, desde o primeiro dia de aula, talvez antes, a trabalhar um pouco mais o autoconhecimento, a criticidade para não ficar refém dessa extrema proteção sobre o que é apenas a vida? Em todos os seus aspectos, inclusive os muito

desagradáveis? Qual é o limite nessa história?

Multiplicar o “fator medo” em um “bando de frágeis” atende, de verdade, a nossa função de educar para que sobrevivam à crueza da realidade? Há diferentes meios para essa tarefa. As exposições do Pedro, Fábio e Fred lidaram com alguns deles, mas existem outros. Inclusive os que defendem a truculência sobre as sensibilidades alheias, para desenvolver resistência.

Ou, será que faremos de conta neste debate que este “método mais rude” não existe?





RODRIGO TAFNER

Em toda essa história do politicamente correto é preciso abrir espaço para outras visões. Uma delas, que óbvio pode ser considerada politicamente incorreta, é a falta de outra “aproximação” com o tema, ou seja, a necessidade da existência da cultura do “dane-se”.

Algumas situações em sala de aula são típicas dessa necessidade: “ai, professor, eu queria pedir o abono da falta, porque ontem foi feriado judaico”. Resposta: “dane-se, ontem a aula foi regular e a falta também”. Não é diferente esta “falta” no mercado

publicitário. “Essa campanha é um absurdo, é machista”. Primeiro, todos nós ensinamos que existe um público-alvo em cada campanha. Talvez, a campanha não tenha sido dirigida a quem reclamou. Os que a acharam ruim, apenas não compreem o produto. Afinal, o país pratica o livre mercado. Quando todo o consumo se dirigir para o concorrente porque a campanha é ruim, a realidade se incumbirá de alterar o anúncio mal feito.

“TALVEZ, A CAMPANHA NÃO TENHA SIDO DIRIGIDA A QUEM RECLAMOU”

Depois, será que é efetivo e relevante o medo praticado em relação às redes sociais? Muitas vezes, um grupo, uma página ou um “coletivo” expressa nas redes sua posição para seus poucos seguidores. Portanto, a cada reclamação, na verdade, é preciso confirmar a relevância do grupo reclamante.

Se a cada reclamação de ofensa “revemos” todo o planejamento, a “revisão” perde sentido. Se a mesma expressão não foi objeto de reclamação de dezenas de alunos, atingindo apenas um, será preciso lembrar que é impossível agradar a todos, todo o tempo.

Outro fato, também, exige lembrança: os alunos não estão acostumados com o “não”. Eles não estão preparados para ouvir “não”: Não pode entregar depois do prazo; seu trabalho não está bom; você não vai ter presença.

É curioso, por outro lado, que esses mesmos alunos que afirmam ser politicamente corretos assistem, gostam e premiam o Game of Thrones, politicamente “corretíssimo”...

Há outros exemplos marcantes nestas séries tão assistidas e tão pouco politicamente corretas. Não há reclamação quando o ator Wagner Moura fala “maricón” na série Narcos... e ninguém pede o politicamente correto. Algumas visões insistem que há uma “diferença” no

DEBATEDORES

ambiente de aula. Antes de mais nada, é preciso lembrar que ambiente acadêmico exige liberdade de expressão.

“OS ALUNOS NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA OUVIR ‘NÃO’”

É obrigatório trabalhar com as diferenças e viver com as diferenças. Respeitar as diferenças exige o respeito ao direito de falar da diferença dele. É indiscutível que todos temos um calcanhar de Aquiles ou algo que exige sensibilidade do outro. E esta sensibilidade vale para tudo. Inclusive para falarmos dela.



CARLA SCHWINGEL

Eu percebo algo bem interessante nos alunos dos primeiros semestres de Jornalismo: eles não falam mais em gênero; falam em gêneros, no plural.

Acho fundamental que essa questão da alteridade, muito trabalhada nos Estudos Culturais, também apareça em nossas discussões na sala de aula, principalmente a percepção do outro, pois quem não passa pela experiência, não consegue ter a empatia absoluta.

ANDREY MENDONÇA

É essencial a menção à questão da moral, pois vivemos em um estado em que a percepção é que não existe quem determina a moral. Portanto, ela não existe. A moral acaba virando o que eu vou determinar, o que o grupo X vai determinar.

É importante registrar que, além da nossa identidade

cultural, social e religiosa, existe também a moral da tradição, a moral do hábito. Com todos os seus riscos.

LEONARDO TREVISAN

Chama a atenção no debate quanto ao politicamente correto o fato de só prestarmos atenção no “correto”. Nós só enfrentaremos todos os riscos do politicamente correto se dermos sobrevivência, no sentido de espaço, para a “política”.

É preciso que se mantenha a política. Quando dispensamos a política, aparece o “império da moral”. Nesse império, há julgamentos e aos “bons” deve estar garantido o melhor lugar. Mas, o mundo não é feito só de bondades.

O que inibe o julgamento moral? Porque essa é a questão. Ou nós enfrentamos isso em sala de aula ou não vamos a lugar algum. Olhamos para a política como se fosse só feita pelo Frank Underwood, só pela lógica do House of Cards. Política não é só aquilo. Política virou

aquilo. E o que a série faz é dizer o seguinte: “olha o jeito que está!”. E pode ficar pior se deixarmos todo o espaço para os Franks Underwood.

Em outras palavras, a vacina para os riscos e excessos do politicamente correto é a política. Na expressão “politicamente correto”, o “correto” é o substantivo e o “politicamente” é advérbio. Olhamos só para o correto, quando deveríamos prestar atenção para a sobrevivência da política.

Nós só vamos começar a pensar que o outro, do qual eu discordo, tem direito de existir, quando a gente entender que é com a conversa que eu respeito o outro. É só quando eu reconheço a existência do outro, como alguém que eu preciso convencer de algo, é que ele passa a existir.

Quando não reconhecemos que o outro existe, morre a política. Se eu te excluo porque você é politicamente incorreto, a política morreu aí. A política não suporta exclusão. Esse é o demônio da política. E a sua única e básica razão de ser.